

**Perenidade e superfluidade
do trabalho: alguns equívocos
sobre a desconstrução do
trabalho**

*Exhaustlessness and superfluity
of work: some
mistakes about the
deconstruction of work*

*Perennidad y superfluidéz
del trabajo: equivocaciones
sobre la desconstrucción
del trabajo*

RICARDO ANTUNES

Professor Titular de Sociologia
IFCH – UNICAMP
Rua Cora Coralina, s/n
Caixa Postal 6110 - CEP 13081-970
Cidade Universitária Zeferino Vaz
Campinas-SP
rantunes@unicamp.br

Resumo: Este texto pretende desenvolver alguns significados e dimensões das mudanças em curso no mundo do trabalho, bem como algumas das consequências, teóricas e empíricas, que se desdobram a partir destas transformações, tais como a pertinência e a validade, no mundo contemporâneo, do uso da categoria trabalho. Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea (como Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), a tese apresentada é a de que, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Centralidade do trabalho; Transformações da classe trabalhadora.

Abstract: This text aims at developing some of the meanings and dimensions of the changes being carried out in the labour world, as well as looking at the consequences, theoretical and empirical, unfolded by these transformations, such as the relevance and validity to the matter of the use of the category of labour/work in the contemporary world. Contrarily to those authors that defend the loss of centrality of the labour/work category in the contemporary society (as Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), the theses presented is that despite the heterogeneity, complexity and fragmentation of the working class, the possibilities of an effective human emancipation can still find real social viability from the revolts and rebellions that are centrally originated in the labour world.

Keywords: Centrality of the labour/work; Transformations of the working class.

Resumen: Este texto pretende desarrollar algunos significados y dimensiones de los cambios en curso en el mundo del trabajo, así como algunas de las consecuencias, teóricas y empíricas, que se derivan de estas transformaciones, tales como la pertinencia y validez, en el mundo contemporáneo, del uso de la categoría trabajo. Al contrario de aquellos autores que defienden la pérdida de la centralidad de la categoría trabajo en la sociedad contemporánea (como Habermas, Claus Offe, Robert Kurz, Dominique Méda etc), la tesis presentada defiende que apesar de la condición heterogénea, compleja y fragmentada de la clase trabajadora, las posibilidades de una efectiva emancipación humana aún pueden encontrar concreción y viabilidad social a partir de las revueltas y rebeliones que se originan centralmente en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Centralidad del trabajo; Transformaciones de la clase trabajadora.

Um mundo em mutação: neoliberalismo e reestruturação produtiva

A partir do início da década de 70, como resposta do capital à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização produtiva em escala global, ainda que de modo bastante diferenciado, bem como de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte. A isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e de trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

Este período caracterizou-se, desde então, por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo. Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há ainda uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou tempo de trabalho, se ele não fosse controlado pela lógica do capital e, desse modo, expressão de uma forma de dominação), pode-se presenciar, em vários países, como a Inglaterra, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho*.

Foi no contexto acima referido que o chamado toyotismo e a era da acumulação flexível emergiu no Ocidente. O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso de modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais e fez com que, entre tantas outras conseqüências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, no ciclo de lutas sociais em 68/69, que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. O fez, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Foi nesta contextualidade, social e politicamente adversa ao mundo do trabalho, que se desenvolveram as teses sobre a *desconstrução ou o fim da centralidade do trabalho*, ou ainda em sua forma mais eivada de rusticidade, marcada pela falácia do *fim do trabalho*. Todas, de algum modo, ancoradas na tese (equívoca e *eurocêntrica*) da desapareição ou definhamento da classe trabalhadora.

O que vamos oferecer neste texto é uma leitura *completamente* distinta. Em nosso entendimento é preciso exercer a *crítica da crítica* e, um modo de iniciá-la, é mostrando alguns equívocos teóricos contemporâneos presentes nas teses sobre a *desconstrução do trabalho*. Posteriormente, na parte final deste texto, vamos procurar resgatar os sentidos essenciais do trabalho, que hoje se encontram (teórica e empiricamente) abandonados.

O estudo aprofundado das relações entre trabalho *produtivo e improdutivo, manual e intelectual, material e imaterial*, bem como a forma assumida pela *divisão sexual do trabalho, a nova configuração da classe trabalhadora*, dentre vários outros elementos, nos permitiram recolocar e dar concretude à tese da centralidade da categoria *trabalho* na formação societal contemporânea, contra a *desconstrução teórica* que foi realizada nos últimos anos.

Ao contrário da propagada substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de mercadorias pela esfera comunicacional, da propagada substituição da produção pela informação, as novas formas de *interpenetração* existentes entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que vêm se ampliando no mundo contemporâneo, configuram-se como elementos suficientes para que se mostre a forma contemporânea da centralidade do trabalho e se faça a *crítica da crítica*.

Vamos procurar responder aqui às seguintes indagações: as mutações em curso acarretam inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha? A categoria trabalho não é mais dotada de estatuto de centralidade, no universo da práxis humana existente na sociedade capitalista contemporânea? A chamada "crise da sociedade do trabalho" deve ser entendida como o fim da possibilidade da emancipação do trabalho? O trabalho não se constitui mais no elemento estruturante de uma nova forma de sociabilidade humana? Não é mais protoforma da atividade humana, necessidade de efetivar o intercâmbio entre os seres sociais, a natureza e entre os próprios seres sociais? (ANTUNES, 2005, 2005^a,2005^b).

A crítica da crítica: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho

Quando se pensa na *totalidade do mundo do trabalho*, ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção à uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, *não negam a lei do valor*, quando se considera a *totalidade do trabalho*, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.

Crise da sociedade do trabalho abstrato ou concreto?

Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do *trabalho abstrato* (como sugere KURZ, 1992) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem OFFE, 1989; HABERMAS, 1991, 1992; MÉDA, 1997; RIFKIN, 1995, entre tantos outros).

No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. *A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, pelo processo de valorização do capital?* Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Cremos que sem a precisa e decisiva incorporação desta distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz *adeus ao trabalho*, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem dupla dimensão.

Enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não nos parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias - é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Em outras palavras: *uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo*

social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador. Uma vez que se conceba o trabalho desprovido desta sua dupla dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado.

A consequência que disto decorre é, então, na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do "tempo livre", com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Fim do valor?

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do *trabalho social*, que é mais *complexificado, socialmente combinado* e ainda mais *intensificado* nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar *a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido*. Portanto, uma coisa é *ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante*. Outra, muito diversa, é *imaginar que eliminando o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo*.

A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do *trabalho intelectual abstrato* no interior das plantas produtivas modernas, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, *part-time*, terceirizado, desenvolvidas intensamente na "era da empresa flexível" e da desverticalização produtiva, *são fortes exemplos da vigência da lei do valor*, uma vez que é própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural.

Ciência e valor: para além da análise binária

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, também não podemos concordar com a tese da transformação da ciência na principal força produtiva, em substituição ao valor-trabalho, que ter-se-ia tornado inoperante (conforme a tese de HABERMAS, 1975). Esta formulação, ao "substituir" a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva acaba por desconsiderar um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Ou seja, parece desconsiderar que o trabalho vivo, em *interação* com a ciência e a tecnologia, constitui uma complexa e contraditória *relação social capitalista*, que tolhe e limita a expansão *autônoma* da ciência.

Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta se encontra tolhida em sua possibilidade de desenvolvimento autônomo pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. É por esta restrição estrutural, que *libera* e mesmo *impede* a expansão da ciência para o incremento último da produção de valores de troca, que *impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível*. Por isso a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira desta base material, menos do que uma *cientificização da tecnologia* há, conforme sugere Mészáros (1989), um processo de *tecnologização da ciência*.

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não pode tornar-se a sua *principal força produtiva*. Ela *interage* com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo*.

Esta interpenetração entre atividades laborativas e ciência parece-nos, portanto, mais complexa: o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo *sem que o primeiro se sobreponha ao segundo*. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo.

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não pode levar à extinção do trabalho. Este processo de retro-alimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do *trabalho vivo* em *trabalho morto*, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é, para usar uma expressão de Lojkine, um processo de *objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria*, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de *trabalho vivo em trabalho morto* (LOJKINE, 1995).

Outra tendência operada pelo capital, na fase da reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, é aquela que *reduz os níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas*. A eliminação de várias funções como *supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc.*, medida que se constitui em elemento central do toyotismo e da empresa capitalista moderna com base na *lean production*, visa transferir e incorporar ao trabalho *produtivo*, atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores *improdutivos*. Reduzindo o trabalho improdutivo, através da sua incorporação ao próprio trabalho produtivo, o capital se desobriga de *parcela* do conjunto de trabalhadores que não participam diretamente do processo de criação de valores.

As interconexões entre trabalho material e imaterial

Além da redução do trabalho improdutivo, há outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho *material* e *imaterial*, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades *imbricadas* com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da *noção ampliada de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Dado que no mundo da tecno-ciência, a produção de conhecimento torna-se um elemento importante da produção de bens e serviços, pode-se dizer que, com J. M. Vincent (1995) os saberes dos trabalhadores constituem-se numa característica central da capacidade de trabalho em geral, apresentando-se cada vez mais como força de trabalho inteligente, que reage às situações produtivas em mutação, equacionando seus problemas. A ampliação das formas de *trabalho imaterial* torna-se, portanto, outra característica do sistema de produção nas indústrias de tecnologia avançada, uma vez que o sistema produtivo carece crescentemente de atividades

informativos, tanto no universo das empresas industriais quanto de serviços, gerando um alargamento e ampliação das atividades denominadas *imateriais*.

As novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um *alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa*, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho *material e imaterial*, na imbricação crescente que existe entre ambos, encontram-se, entretanto, *centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital*, mesmo quando o trabalho assume a forma crescente de *trabalho intelectual-abstrato*, que também é absorvido pelo capital como mercadoria. Desse modo, as formas de produção material e imaterial tornam-se cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento que se convertem em mercadorias e capital, para lembrar novamente J.M. Vincent (1993). Ver também TOSEL, 1995; LAZZARATO, 1993).

Desse modo, a alienação ou, mais precisamente o *estranhamento (Entfremdung)* do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre o elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas de ponta é expressão de uma *existência inautêntica* e estranhada, para recorrer à formulação de N. Tertulian (1993). Além do *saber* operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, *re-transfere o savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária.

Mas o processo não se restringe à esta dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual* é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam *mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho*. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, neste processo, o *envolvimento interativo* aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, amplia as formas modernas da *reificação*, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada.

Se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais "estável" e inserida da força de trabalho que exerce o *trabalho intelectual abstrato*, o quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural. Sob a condição da precarização ou

da expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade.

Estamos assistindo a muitas manifestações de revolta contra os estranhamentos, daqueles que são expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido.

No polo mais intelectualizado da classe trabalhadora, que exerce seu *trabalho intelectual abstrato*, as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada (mais "humanizada" em sua essência desumanizadora), dada pelas novas formas de "envolvimento" e interação entre trabalho vivo e maquinaria informatizada. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é diretamente mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência. O que compõe o quadro contemporâneo dos estranhamentos ou das alienações no mundo do capital, diferenciados quanto à sua incidência, mas vigente enquanto manifestação que atinge a totalidade da *classe-que-vive-do-trabalho*.

A disjunção entre sistema e mundo da vida

Os elementos analíticos apresentados ao longo deste ensaio nos permitem avançar nossa crítica à formulação de Habermas, presente na sua *Teoria da Ação Comunicativa*, no que concerne à sua tentativa teórica de *desconstrução do trabalho* (HABERMAS, 1991, 1992). Habermas, como sabemos, em sua crítica à Marx, realiza uma disjunção analítica essencial entre *trabalho e interação*, entre *práxis laborativa e ação intersubjetiva*, entre *atividade vital e ação comunicativa*, entre *sistema e mundo da vida*. Mas ao fazê-la, perde o momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social. Habermas atribui a Marx a redução da *esfera comunicacional à ação instrumental*. Como contraposição, realiza uma *sobrevalorização e disjunção* entre estas dimensões decisivas da vida social, e a perda deste liame indissolúvel permite a Habermas valorizar e autonomizar a esfera comunicacional.

Nesse sentido, falar em *colonização do mundo da vida pelo sistema* parece ser, então, uma versão muito tênue, no mundo contemporâneo, frente à totalização operada pela vigência do *trabalho abstrato* e pela fetichização da mercadoria e suas repercussões reificadas no interior da esfera comunicacional. E o capitalismo por certo é muito mais do que um *subsistema*.

No nível mais abstrato, a *limitação analítica habermasiana se efetiva pela perda da relação de distância e prolongamento existente entre o trabalho e a práxis interativa, que assume a forma relacional entre esferas que se tornaram dissociadas a partir da complexificação da vida societal*. Enquanto para Habermas opera-se uma *desacoplamento* que leva à separação, para

Lukács da *Ontologia do Ser Social* tem lugar um *distanciamento, complexificação e ampliação* que, entretanto, não rompe o liame e os vínculos indissolúveis entre estas esferas da sociabilidade, vínculos que ocorrem tanto na *gênese*, como no próprio *processo emancipatório* (LUKÁCS, 1981).

Habermas, ao contrário, na disjunção que opera a partir da complexificação das formas sociais, conferirá à esfera da linguagem e da comunicação o espaço e o sentido privilegiado da emancipação. Ambos, entretanto, conferem papel central à esfera da subjetividade, tanto na gênese quanto no vir-a-ser. Mas o tratamento que oferecem a esta categoria é complementemente distinto. Para Habermas, o domínio da subjetividade é complementar ao mundo exterior, enquanto para Lukács esta separação é desprovida de significado.

Para Habermas, na disjunção que realiza a partir da complexificação das formas sociais, com a efetivação do *desacoplamento* entre sistema e mundo da vida e a conseqüente autonomização da intersubjetividade, caberá à esfera da linguagem e da razão comunicacional um sentido emancipatório. Em Lukács, ao contrário, os vínculos entre *subjetividade e trabalho* são indissolúveis. Assim, tanto na *gênese* do ser social, quanto no seu *desenvolvimento* e no próprio *processo emancipatório*, o trabalho, enquanto momento fundante da própria subjetividade humana, através da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da sua vida social, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante.

Se, para Habermas, o fim do "paradigma do trabalho" é uma constatação possível, em decorrência de seus próprios pressupostos analíticos, para Lukács, a complexificação social não dissolveu o sentido original (e essencial) presente no processo de trabalho, entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e esfera da intersubjetividade.

No contexto do capitalismo tardio, a tese habermasiana da *pacificação dos conflitos de classes* encontra-se hoje sofrendo forte questionamento. Não só o *welfare state* vem desmoronando no relativamente escasso conjunto de países onde ele teve efetiva vigência, como também as mutações presenciadas no interior do *Estado intervencionista* acentuaram seu sentido fortemente privatizante. Deste quadro cheio de mutações, vem desintegrando também, e de maneira crescente, a base empírica *limitada* de sustentação da crítica habermasiana à pacificação das lutas sociais, dada pela hegemonia do projeto social-democrático no interior do movimento dos trabalhadores. E, mesmo quando este projeto apresenta-se vitorioso eleitoralmente, ele está cada vez mais distanciado dos valores do reformismo social-democrático que vigorou no pós-guerra.

Com a erosão crescente do *welfare state* (e o conseqüente enfraquecimento de seu sistema de seguridade social), ao longo das últimas décadas e em particular dos anos 90, a expressão

fenomênica e contingente da pacificação dos conflitos de classes - que Habermas queria conferir estatuto de determinação - vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da "incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio" (que HABERMAS endereçou a MARX), mostra-se em verdade uma fragilidade do *constructo* habermasiano.

As recentes ações de resistência dos trabalhadores parecem, em verdade, sinalizar em direção oposta e exemplificam as formas contemporâneas de confrontação assumidas entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*. E uma dessas lutas centrais é aquela voltada para a redução da jornada (ou do tempo) de trabalho. É o que trataremos a seguir, na parte final de nosso texto.

A luta pela redução da jornada diária (ou do *tempo* semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobre-trabalho, realizado pelo capital, desde sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo que a redução da jornada de trabalho mostra-se como central na ação dos trabalhadores, *condição preliminar*, conforme disse Marx, para uma vida emancipada.

Nos dias atuais, esta formulação ganha ainda mais concretude, pois mostra-se, *contingencialmente*, como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar *minimizar* o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras. Mas *transcende* em muito esta esfera da *imediatez*, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o *tempo de trabalho e o tempo de vida*. E, por outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida *dotada de sentido fora* do trabalho.

Por um novo sistema de metabolismo societal onde trabalho e vida sejam dotados de sentido

Com isso entramos em outro ponto crucial, que também desenvolvemos no livro *Os Sentidos do Trabalho E O Caracol e sua Concha*: uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo* (verdadeiramente) *livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma

medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desefetivação* que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital dos nossos dias abrange também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *desfetichização no modo de produção* das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do *trabalho abstrato*.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade humana*, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, de modo que, a partir de uma *atividade vital* cheia de sentido, autodeterminada, *para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente* e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida por *indivíduos* (homens e mulheres) *sociais e livremente associados*, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (*e decisivamente*) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Se o fundamento da ação coletiva for voltada radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, *a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho* torna-se *inteiramente compatível* com o *direito ao trabalho* (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho - ambos, portanto, fora do *controle e comando* opressivo do capital - convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção *destrutivo* e *supérfluo* (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do *sentido estruturante do trabalho vivo*, contra o *sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital*. Isto porque,

sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que *estrutura* o capital, *desestrutura* o ser social. O *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital, gera uma *subjetividade inautêntica* no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao *reestruturar* o ser social, terá *desestruturado* o capital. E esse mesmo *trabalho auto-determinado* que tornou *sem sentido* o capital, gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho*.

Apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não exclusivamente) no mundo do trabalho, em sua *nova morfologia* (ANTUNES, 2005); um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho, *no* trabalho *pelo* trabalho e *contra* o trabalho estranhado, fetichizado e alienado. Esta formulação não exclui nem suprime outras formas importantes de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores "terceirizados", os trabalhadores do mercado informal, os "trabalhadores domésticos", os desempregados, os sub-empregados etc, podem somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando enquanto classe, constituírem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista.

Do mesmo modo, a luta ecológica, os movimentos feminista e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas, com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e do caráter fetichizado, estranhado e "des-realizador" do gênero humano, gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista). Esta possibilidade depende, evidentemente, das particularidades sócioeconômicas de cada país, da sua inserção na (nova) divisão internacional do trabalho, bem como da própria subjetividade dos seres sociais que vivem do trabalho, de seus valores políticos, ideológicos, culturais, valorativos, de gênero etc.

As recentes greves, rebeliões, explosões sociais, lutas políticas, contrárias à lógica destrutiva do capital, constituem-se em importantes exemplos das novas formas de confrontação social, dada a *nova morfologia do trabalho e seu caráter multifacetado*. Elas mesclam elementos destes pólos diferenciados da *classe-que-vive-do-trabalho* (incluídos também os desempregados) e se constituem em importantes exemplos destas novas confrontações contra o sistema de metabolismo societal que preside o capitalismo contemporâneo.

Que o século XXI está presenciando em intensidade e diversidade. Pesquisá-las, estudá-las, compreender a nova morfologia do trabalho suas lutas e ações, eis um desafio central da pesquisa social crítica.

Bibliografia

- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Campinas: Boitempo, 2005.
- _____. *Os sentidos do trabalho* (Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho). São Paulo: Boitempo, 2005^a.
- _____. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10^a ed. Unicamp: Cortez, 2005^b.
- BIDET, J.; TEXIER, J. *La crise du travail*. Actuel Marx Confrontation. Paris: Press Universitaires de France, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action* (Reason and the rationalization of society). Londres: Polity Press, 1991, v. I.
- _____. *The theory of communicative action* (The critique of functionalist reason). Londres: Polity Press, 1992, v. II.
- _____. Técnica e ciência como 'ideologia'. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Abril, 1975.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LAZZARATO, Maurizio. Le cycle de la production immatérielle. In: *Paradigmes du travail, futur antérieur*, Paris: L'Harmattan, 1993[2], n. 16.
- LOJKINE, Jean. De la révolution industrielle à la révolution informationnelle. In: BIDET, Jacques; TEXIER, Jacques, op. cit., 1995.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia dell'essere sociale II*, Roma: Ed. Riuniti, 1981, v. 1 e 2.
- MÉDA, D. *Società senza lavoro* (Per una nuova filosofia dell'occupazione). Milão: Feltrinelli, 1997.
- MÉSZÁROS, István. *The power of ideology*, Harvester Wheatsheaf, Nova Iorque, Londres, Toronto, Sidney, Tóquio. 1989.
- OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental?. *Trabalho & Sociedade*, v. I, Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1989.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- TERTULIAN, Nicolas. Le concept d'aliénation chez Heidegger et Lukács', *Archives de Philosophie- Reserches et Documentation* 56, julho/setembro, Paris, 1993.
- TOSEL, A. Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus. In: BIDET, J.; TEXIER, J. op. cit. 1995.
- VINCENT, J. M. Flexibilité du travail et plasticité humaine. In: BIDET, J.; TEXIER, Jacques, op. cit. 1995.
- _____. Les automatismes sociaux et le 'general intellect'. In: *Paradigmes du Travail, futur antérieur*. Paris: L'Harmattan, 1993[2], n. 16.

Recebido para publicação dia 05 de Outubro de 2006

Acceto para publicação dia 31 de Outubro 2006